



ENSAIO DA ORQUESTRA TRANSDISCIPLINAR: RESSONÂNCIAS ENTRE A PSICANÁLISE E A MEMÓRIA SOCIAL

MAURANO, Denise

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro
dmaurano@corpofreudiano.com.br*

NUNES, Rejane de Moura

*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO
rejane.lirios@gmail.com*

472

RESUMO

A discussão acerca das ordens disciplinares presentes na sociedade diz respeito tanto às questões ideológicas e políticas, quanto aos arranjos subjetivos a elas ancorados; portanto, propomos discutir as construções históricas de nossa sociedade e a estruturação psíquica dos sujeitos que a compõem enquanto dimensões inerentes umas às outras, utilizando-nos das considerações advindas do campo da Memória Social como fecundas para essa interface. Para tal, trazemos a discussão disciplinar ao cerne da prática em Saúde Mental, instituição que abriga o paradoxo de reproduzir os discursos valorados socialmente, mas que tem como ofício o manejo das singularidades, muitas vezes apartadas do pacto social, mas passíveis de acolhimento pela clínica psicanalítica, de onde constatamos os efeitos das produções inconscientes nos discursos.

Palavras-chave: Memória Social; subjetividade; Psicanálise.

ABSTRACT

The discussion on the disciplinary orders existing in society has to do with both ideological and political issues as well as the subjective arrangements to them anchored; thereby, I propose to discuss historical constructions and psychic structuring as dimensions inherent to one another, making use of considerations of social memory as a bearer of this interface. In order to achieve that, the disciplinary discussion is brought to the core of mental health care practice, which paradoxically reproduces socially valued discourses, in spite of having as occupation the handling of singularities, very often estranged from the social pact, but liable to being admitted into the psychoanalytic clinic, where there can be witnessed the effects of unconscious productions in the discourses of patients.

Keywords: Social Memory; subjectivity; Psychoanalysis



Iniciemos pelo “ensaio”, termo que nos remete à experimentação, possibilitando o imprevisto e portanto a criatividade. Ensaio também seria um texto breve, onde trazemos reflexões um tanto provisórias, neste caso, decorrentes dos encontros sempre refeitos com vários autores e vertentes teóricas, percorridos com alguma expectativa acerca de aonde poderão levar.

A discussão que envolve a multi, inter ou transdisciplinaridade¹ vem sendo questão em minha prática clínica², uma vez que a subjetividade enquanto objeto de pesquisa apresenta uma complexidade inesgotável, frente ao qual não teríamos a pretensão de abarcar nem um, e nem vários saberes que fossem definitivos em sua abordagem.

No que diz respeito às diversas vertentes de saber que circulam no meu campo de trabalho, ou seja, a instituição de Saúde Mental, Jurandir Freire Costa subdivide as “éticas da psiquiatria” em ética da tutela, da interlocução e da ação social. Na primeira, fisicalista, o indivíduo deve ser cuidado, pois é privado de razão e de vontade, assim como é definido juridicamente como “doente mental”. No que denomina ética da interlocução, o sujeito é considerado possuidor de um discurso competente, porém esta vertente demonstraria pouco interesse pela ordem social. Já a ética do cidadão, “...quase que faz equivaler virtudes políticas e terapêuticas, francamente assimiladas ao que seria uma ação política real” (COSTA, 1996:31). Para o autor, nenhuma delas é, em si, ruim; apenas seriam adequadas em momentos diversos.

Em outras palavras, trata-se de evidenciar que a decisão de optarmos por um ou outro tipo de intervenção, nos torna responsáveis por seus efeitos, no sentido de que toda escolha inclui uma perda, no ato mesmo da escolha e não é possível evitá-la.

Jô Gondar (2005), a respeito da discussão da transdisciplinaridade pertinente ao campo e ao conceito de Memória Social, coloca que quaisquer perspectivas que adotemos será parcial e trará suas implicações éticas e políticas. Para apontar a importância dos pontos de discordância, exemplifica as perspectivas conferidas à memória em Maurice Halbwachs, que a associa à manutenção de valores de um grupo e Michael Foucault, que faz da memória instrumento privilegiado de transformação social. Em ambos os casos, a memória seria entendida como “construção”, mas na primeira perspectiva, haveria uma ênfase no construído

¹ Na multidisciplinaridade, as disciplinas distintas visam um mesmo objeto; na interdisciplinaridade as disciplinas permanecem diferenciadas a partir de uma ordem disciplinar mas se colocam em diálogo, visando o consenso; na transdisciplinaridade coloca-se a própria ordem disciplinar em questão, criando um novo objeto.



(instituído), onde importaria menos a instabilidade, a diferença, o confronto. No entanto, a autora propõe justamente a dimensão processual dessa construção enquanto “devir”, mais do que aquilo que dela resulta. Desta maneira, os jogos de forças compareceriam em tensões permanentes, por exemplo, o paradoxo sustentado entre identidade e alteridade em Freud, que Gondar destaca dentre os autores que enfatizam a dimensão processual da memória.

Ao falarmos das várias éticas e discursos, visamos localizar a relação da Psicanálise com outros campos do saber.

No que diz respeito ao que determina a adesão a diferentes paradigmas, na Conferência “Psicanálise e psiquiatria” (FREUD, 1915-1917), Freud atenta para os “motivos altamente pessoais que motivam as controvérsias científicas”, remetendo-nos curiosamente à dimensão da produção de um saber, que seria sempre particular.

Na teoria lacaniana, encontramos a proposição sistematizada de uma ética própria à especificidade da psicanálise e que se opõe às especialidades na clínica da Saúde Mental:

Em sua ética a Psicanálise interdita a especialidade, pois está referida a um saber sobre o qual não se tem conhecimento e toma o sujeito, dividido (...) como baliza de seu trabalho. Assim, não somente assume sua condição de ‘saber não saber’ mas, no nível institucional, retira das outras áreas o caráter de especialidade: se é o sujeito que aponta a direção do trabalho, não há um saber prévio e empírico sobre ele” (Elia, L., Costa, R., Pinto, R., 2005: 129-30).

Podemos trazer a consideração acerca do sujeito como aquele que diz de um “saber não sabido” ou seja, inconsciente, para a nossa discussão sobre os diferentes saberes em jogo nas instituições de Saúde Mental, o que, por si só, já interroga a ordem disciplinar. É preciso lembrar que os saberes são construções contextualizadas e não verdades absolutas aguardando constatação. Calcam-se em uma noção de realidade a ser compartilhada.

No texto “A perda da realidade na neurose e na psicose” (FREUD, 1924:207), como o próprio título diz, Freud declara que sempre há uma substituição da realidade. Quando esta se apresenta insuportável, são forjadas outras realidades consoantes com as posições subjetivas dos sujeitos: seja na fantasia para a neurose, seja no delírio psicótico.

Lacan, ao longo de sua obra também aproxima neurose e psicose. Em sua primeira clínica (estruturalista), segundo Alvarenga (ALVARENGA in ZENONI, 2000:10), a neurose e

² Trabalho orientada pela Clínica Psicanalítica atuando na Saúde Mental - instituições públicas destinadas à abordagem de transtornos mentais, atualmente cuidando de pacientes em crise, nas Enfermarias do Instituto Philippe Pinel, na cidade do Rio de Janeiro.



a psicose são tratadas como estruturas e funcionamentos distintos; na neurose haveria uma operação subjetiva que faltava na psicose.³ Na segunda clínica, continuísta, as estruturas passam a ser consideradas como formas diferentes do sujeito lidar com uma falta fundamental que existe para todo ser falante.

A versão continuísta não invalida o diagnóstico estrutural, mas acentua o que há em comum e de próximo entre as estruturas, possibilitando uma discussão ética fundamental acerca daquilo que não poderíamos considerar “*déficit*” (ou seja, devedor de um “bom funcionamento” qualquer, tomado como referência), mas “diferença”.

A Psicanálise portanto, nos diz de uma diferença absoluta, do vazio constitutivo de cada um de nós, no entanto relacionada intrinsecamente à alteridade, que se encontra tanto “fora” (algo estranho porque diferente de si mesmo) quanto “dentro”, pois haverá sempre algo de irrepresentável e que se desconhece a nosso próprio respeito.

A rigor, para a Psicanálise não haveria uma distinção exata de dentro e fora e nem seria pertinente utilizar o termo “indivíduo”, justamente por conceber o chamado sujeito como algo que ocorre em decorrência do encontro sempre parcial do humano com a linguagem. O humano é “sujeito” a esse “de fora” que é a linguagem e esta, no entanto, o constitui.

O vazio constitutivo de cada um de nós, segundo a Psicanálise permanece enquanto ponto enigmático e desempenha um papel estruturalmente fundante do psiquismo, ou seja, ponto em torno do qual se organizará. O encontramos em Freud relacionado ao trauma originário, ou seja, o trauma decorrente da perda do primeiro objeto de amor (primeira separação).

Lacan vai transpor esta operação para a falha estrutural da lógica significante, ao supor que não há uma associação fixa entre significante (o som da palavra) e significado (seu conceito) e que esta associação será feita a partir do encontro de cada um com a linguagem. Assim supomos que também o universo da linguagem, com todos os seus possíveis desdobramentos na cultura, originalmente possui um ponto enigmático, um “sem sentido”, que servirá de “causa”, que sempre deixará “algo a desejar”.

³ Esta operação subjetiva diz respeito ao “Nome-do-Pai” que seria o registro da figura paterna enquanto autoridade e alteridade, um significante primordial em torno do qual o psiquismo se organizará. Em O Seminário III, destinado às psicoses, e no XXIII, sobre o “*synthome*”, ficam postuladas as diferentes posições mencionadas (neurose e psicose), que faz uso ou prescinde deste significante do “Nome-do-Pai” enquanto eixo organizador.



Ao teorizar a respeito do “objeto a” psicanalítico, visamos percorrer justamente a relação da subjetividade de um sujeito com sua cultura. Retomando:

O “objeto a” é um conceito lacaniano que diz respeito a um processamento do objeto fundamentalmente perdido (*Das Ding*, a “Coisa” freudiana), na inauguração da relação do sujeito com a linguagem, a partir do trauma originário, acontecimento impossível de simbolizar.

Na obra freudiana, encontramos esta perda primária associada à primeira separação da mãe, enquanto primeiro objeto de amor, fadado à ausência, destinada a se repetir em cada ocasião em que a falta do objeto terá, para cada sujeito, que se resolver psiquicamente.

Todavia, também encontramos no texto freudiano que trata da angústia (FREUD, 1895), a alusão ao que não é simbolizado endereçando-nos a uma origem muito arcaica, que Freud remete à hereditariedade, ou seja, ligado mais à história da espécie do que à do indivíduo, chegando a postular que a ontogênese remonta à filogênese. Neste contexto, a angústia seria o “resíduo” que atesta a revivência destes acontecimentos não simbolizados.

Em consonância com este miolo sem nome que, no entanto, se transmite através das gerações, em “Moisés e o Monoteísmo” (FREUD, 1939), considerado um dos textos “antropológicos” de Freud, o autor fala em “verdade histórica e a verdade filogenética”, localizando como tarefa analítica trazer à luz “o núcleo da verdade histórica das formações do inconsciente”. A análise propõe a tarefa incessante e fragmentária de fazer falar um passado imemorial que não deixa de se fazer ouvir. Freud chamou de “fósseis de referência” os traços sobre os quais os sujeitos constroem suas narrativas. Desta maneira, entendemos que Lacan se apropriou de Freud e considerou como “herança” aquilo que o Outro deixa para cada sujeito, ou seja, aquilo que a linguagem consegue construir em torno desta falta estrutural, originária. Assim, a herança seria a falha estrutural que permite o advento do sujeito, ou seria o “tesouro dos significantes” que, embora faltoso, antecedeu qualquer possibilidade de sujeito? Interessante notar que as duas dimensões andam amalgamadas.

Com Lacan sabemos que só é possível ao sujeito articular-se nos intervalos dos significantes, em cujos vãos podemos perseguir alguma verdade: “...sem o significante no



começo é impossível articular a pulsão como histórica” (LACAN, 1959-60: 261). Este dito nos remete à clínica da linguagem como norte, e portanto, também ao Real⁴ que lhe é constitutivo.

A partir dos desafios da clínica podemos localizar como cada um toma para si os postulados gerais ideologicamente veiculados. A afirmativa de Lacan que articula a pulsão à via significante, nos aproxima da discussão histórica, e porque não dizer política, que envolve esta veiculação ideológica e a discussão acerca das instituições sociais (inclusive a psiquiátrica). Sob esta perspectiva, estaríamos colocando em confluência a ética da interlocução com a ética da ação social (mencionadas anteriormente), pois não só o discurso enquanto singularidade seria positivado, como isso implicaria em desestratificar o que se apresenta como arranjo social definitivo, ou seja, uma ação política real.

A discussão ideológica que perpassa a clínica, historicamente acompanhou o tratamento dos transtornos psiquiátricos, inclusive sua invenção, pois até determinado momento, a loucura não era objeto de tratamento, mas apenas de exclusão, assim como doenças contagiosas ou comportamentos condenados socialmente.⁵ Na clínica psicanalítica a ênfase recai sobretudo na questão da particularidade das escolhas (ainda que inconscientes), ou seja, na responsabilização radical do sujeito enquanto tal, que só existe *extimamente* (neologismo lacaniano para dizer de uma exterioridade íntima) ligado constitutivamente ao seu Outro.

Poderíamos tentar traçar uma analogia entre o movimento simbólico da cultura (*Kultur*) termo freudiano pra designar civilização ou cultura, cuja dialética nos “compromete com” e o que Lacan formalizou conceitualmente como “Outro”: dimensão remetida à linguagem que nos antecede e inaugura o Sujeito (enquanto conceito), justamente porque não se totaliza, dimensão atravessada pelo corte do Real no sentido lacaniano, ou seja, aquilo que resta sempre inapreensível, frente ao que o Sujeito se estrutura como resposta. O Sujeito seria a ordem inédita cavada no Outro da linguagem a partir deste corte, do vazio.

De acordo com Elia, caberia, entretanto, a diferenciação “...entre a categoria de Outro e a ordem social e cultural. Essa ordem é eivada de valores, ideologias, princípios, significações, enfim, elementos que a constituem como tal, no plano antropológico” (ELIA, 2004: 40). Já o

⁴ O Simbólico, o Imaginário e o Real seriam os três registros essenciais da realidade humana “O Simbólico remete simultaneamente à linguagem e à função compreendida por Lévi-Strauss como aquela que organiza a troca no interior dos grupos sociais; o Imaginário designa a relação com a imagem do semelhante e com o corpo próprio; o Real, que deve ser distinguido da realidade, é um efeito do Simbólico: o que o Simbólico expulsa, instaurando-se” (LACAN apud CHAVES, 2009).

⁵ Acerca da história da loucura, ver o clássico de Foucault e os autores da Reforma Psiquiátrica, tal qual Paulo Amarante (AMARANTE, 1995).



Outro, é uma ordem significativa e inconsciente, transmitida nas relações sempre “para além” do que se pretende deliberadamente, “... e não poderia ser simplesmente o conjunto de valores culturais (entendendo-se sob este termo toda a complexidade de elementos significativos ordenados na família e na sociedade)” (idem). Uma forma interessante de visualizar esta distinção seria pensar que o Outro é o social menos um (Outro = Social - 1).

Na sequência deste raciocínio, se considerarmos também a cultura como uma construção, como um certo saber instituído, no entanto relacionado à dimensão do inconsciente (considerando que dos desencontros produzidos pela linguagem não se escapa), este “plano antropológico” nos interessa.

Em outras palavras, se a partir da invenção do inconsciente como algo que nos impõe “não sermos mais senhores em nossa própria casa”, fica a questão de que então se trataria de qualquer senhor, para qualquer casa? Ou haveria uma lógica de outra ordem que se faz presente (direta ou indiretamente) nas escolhas “cotidianas” da vida, lembrando da existência corriqueira do inconsciente relatado por Freud no título da obra “Psicopatologia da Vida Cotidiana”?

Acreditamos ser viável a aproximação entre os planos antropológico (valores, ideologias, significações...) e da Memória Social, pela via da abordagem da memória como construção (no sentido anteriormente apontado por GONDAR), a partir de valores e não como uma verdade acerca do fato que se passou.

Assim, poderíamos dizer que a Psicanálise ficaria mais do lado da concepção processual de “construção”, sem no entanto desconsiderar o “construído” até então. Isto que fora construído, se constituiria como o solo simbólico, terreno do Outro que antecede o Sujeito e do qual se parte.

Considerando as colaborações de Halbwachs, observamos que o autor privilegiou a memória como um mecanismo racional, onde a “memória coletiva” seria obtida através do “consenso mínimo para o funcionamento da vida social (...) com base em acordos tácitos e contratuais entre indivíduos singulares” (ABREU In GONDAR e DODEBEI 2005:35). Poderíamos afirmar que a Psicanálise nega isso? Viemos ao longo deste texto tentando articular quão necessário para a natureza linguística do homem sua inserção simbólica numa ordem maior que o anteceda, assim como as implicações disso para a sua própria estruturação psíquica.



Podemos considerar que é papel do analista decifrar o movimento simbólico da civilização enquanto efeito da língua. Descrito desta maneira, a ênfase recai sobre o caráter dinâmico das construções simbólicas da civilização, cujo movimento afetaria todos de alguma maneira, inclusive o analista. Por outro lado, a Psicanálise postula que as produções inconscientes subjazem ao movimento simbólico, com efeitos diretamente relacionados às formas que a civilização conta para lidar com elas.

Sob esta perspectiva, a cultura não seria algo para sempre dado, mas algo permanentemente produzido, não sendo possível uma mera descrição do mundo tal qual se apresenta, mas um atravessamento inerente as nossas posições subjetivas.

Polarizando aquilo que acreditamos estar imbricados: haveria tanto algo já estabelecido (porém não-todo), quanto algo em permanente movimento, justamente por não conseguir completa nominação ou lugar, por não ter sentido e ‘nem nunca terá’ e por isso prossegue em repetidas buscas, fazendo da ausência, causa. De que maneira aquilo que é estável, favorecido por Halbwachs e o que é instável, apontado pela Psicanálise poderiam ser postos em diálogo?

Gostaríamos de retomar a questão da ausência enquanto causa em outro contexto que não estritamente psicanalítico: encontramos esta concepção numa aula proferida por Foucault, onde questiona as instituições sociais e os discursos por ela veiculados, no entanto articulando a estas a questão do desejo (o que associaremos aqui à posição subjetiva inconsciente). Posteriormente soube que a fala de Foucault fora produzida durante um período de interlocução com Lacan, o que corrobora minha impressão de estarem de fato abordando assuntos que se relacionam intimamente: a constituição inerente da produção dos discursos e uma falta da qual se originaria - “a ausência é o primeiro lugar do discurso” (FOUCAULT apud ALBERTI In RINALDI e JORGE, 2002, p.44), assim como a estreita relação da questão discursiva e o estatuto do sujeito, que seria “função variável e complexa do discurso” (idem, p.46).

Nesta mesma época em que Foucault interroga o que é um autor, Lacan convoca a todos, desde 1968, a construir a *Scilicet*, revista em que se escrevia sem assinar, em prol do rigor das ideias e não do discurso já socialmente estabelecido (na ocasião, referia-se ao que chamava “discurso universitário”, o qual criticava).

Nestas passagens observamos um “diálogo” que nos remete à articulação que viemos tentando traçar, entre aquilo que escapa ao instituído socialmente (e portanto relacionado aos



conceitos de simbólico e histórico), e o que do instituído não se pode prescindir. Os personagens seriam o desejo e a instituição:

O desejo diz: ‘Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo (...). E a instituição responde: ‘Você não tem por que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempos se cuida da sua aparição; que lhe foi preparado um lugar que o honra mas o desarma; e que se lhe ocorre ter algum poder, é de nós, só de nós, que ele lhe advém (FOUCAULT, 1996, p. 7).

E assim, referido aos “nós” do laço social, Foucault denomina como da ordem do desejo algo que associamos ao Sujeito e sua origem inominável e pulsional. Na obra anteriormente relatada o autor menciona que:

“Talvez seja tempo de estudar os discursos [...] nas modalidades de sua existência: os modos de circulação, da valorização, de atribuição, de apropriação [...], a maneira pela qual eles se articulam nas relações sociais.[...] para apreender os pontos de inserção, os modos de funcionamento e as dependências do sujeito. [...] como, segundo que condições e sob que formas, algo como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar pode ele ocupar em cada tipo de discurso, que funções exercer e obedecendo a quais regras? Em suma, trata-se de retirar do sujeito seu papel de fundamento originário e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso. [...] Quais as localizações aí preparadas para sujeitos possíveis? Quem pode preencher essas diversas funções de sujeito?” (FOUCAULT apud ALBERTI In RINALDI e JORGE, 2002, p.45-46).

Neste fragmento de texto, encontramos uma ampla interrogação acerca do “discurso”, que Foucault trata como acontecimento histórico e não linguístico, embora propormos aqui justamente a analogia entre o papel da ausência na constituição do discurso e o estatuto discursivo do sujeito lacaniano.

Gostaríamos de ressaltar também a interrogação feita por Foucault acerca das “localizações preparadas para sujeitos possíveis”, que nos remete à sua posição sobre a relação da identidade com a subjetividade.

Numa entrevista que fala sobre a política da identidade (FOUCAULT, 2004), o autor questiona a própria constituição da identidade como algo que não suplanta a subjetividade, o que nos leva a associar sua posição quanto à memória, ao estatuto que a Psicanálise também lhe confere, ou seja, algo que se aproxima do conceito de “diferença”, porém não sem relação com o universo das representações e dos saberes positivos constituídos historicamente. Tratar a questão da identidade como categoria a ser rompida, talvez diga a favor do inominável



lacaniano e das maneiras como esta diferença absoluta se presentifica no mundo. O termo identidade faz referência ao ser igual a si mesmo. Mas, na medida em que a concepção de sujeito tal como abordada pela Psicanálise, esse “si mesmo” traz em si a diferença do Outro, por sua adesão à linguagem.

Por nossa vez, permanecemos considerando o Sujeito como “fundamento originário”, no entanto intimamente (*extimamente*) relacionado à “função variável e complexa do discurso”. Seguindo estas articulações, Foucault também expôs de forma crítica a relação estabelecida historicamente entre o considerado “normal” e o que fora construído como loucura.

A nosso ver, por causa da íntima relação Sujeito-Outro, as formas através das quais as sintomatologias se apresentam, seja na vida cotidiana, seja no modelo de tratamento que tudo medicaliza, se relacionam diretamente ao aparato cultural. O saber científico-medicamentoso tem servido a calar a dimensão existencial do sofrimento, numa versão às avessas da famosa fábula⁶ de Monteiro Lobato (LOBATO, 2011:31), na qual a “pílula falante” do Dr. Caramujo dá vigor à boneca, que então se humaniza.

O sintoma é aquilo que não se adapta perfeitamente ao social, apesar de em cada época termos quadros cujas roupagens se apresentam como “da moda”: “stress”, “pânico”, “depressão”, “problemas de memória”.

Há tendências onde determinados atributos da subjetividade de uma época predominam coletivamente. Denise Maurano identifica a ocorrência de uma “ambivalência com o trato da memória”, na medida em que haveria uma tendência atual de medicalizar extirpando mal estar, num claro apelo ao esquecimento, mas tb o empenho em desenvolver HDs sempre mais potentes, naturais e de prótese como se nada esquecer nos garantisse a permanência da nossa existência:

“...nos tempos atuais, temos a apologia aos psicofármacos indo por um lado na direção do apelo ao esquecimento, esquecer das tristezas, das tensões, dos medos, e por outro lado, o pavor do Mal de Alzheimer e a busca de ginkgo bilobas, nas mais diferentes versões, inclusive as virtuais, digitais, eletrônicas, buscando o aumento da capacidade de nossos HDs “orgânicos-funcionais” e de prótese” (MAURANO, 2013:12).

⁶ “A Pílula Falante”, no livro “Reinações de Narizinho”, editado pela primeira vez em 1931.



Segundo Andreas Huyssen há o aumento explosivo da memória (o que o autor denuncia como auto-musealização⁷) que “empilhada nos arquivos e comercializadas em massa” são mais facilmente esquecidas do que as “memórias vividas”. Assim o autor questiona se o medo de esquecer gera o desejo de lembrar ou o excesso de memória gera risco de implosão e portanto o medo de esquecimento.

Walter Benjamin também nos traz uma importante colaboração a respeito de uma certa tradição, que poderíamos associar à “memória vivida”, mas que se rompe enquanto transmissão com consequências para o social. O autor descreve como os combatentes da guerra de 1914-18 tinham voltado silenciosos dos campos de batalha, “mais pobres em experiências comunicáveis” (BENJAMIN, 1936), o que ele não relaciona aos horrores da guerra, mas ao repentino progresso e desenvolvimento da técnica que assim depuseram as referências simbólicas que até então organizavam o mundo e produziram uma nova forma de miséria. Esta “nova barbárie”, ao mesmo tempo que nos obriga a um novo começo, nos desampara no que diz respeito à ordenação do laço social. Para Benjamin, a ciência não instrumentaliza a cultura, mas a sobrepuja.

Tal qual as implicações do discurso moderno e da ciência sinalizadas por Benjamin, como os saberes por nós construídos incidem sobre nossa cultura e sobre a subjetividade? Para além das consequências das diferenças conceituais, como podemos efetivar o aspecto dinâmico da construção enquanto criação e nos instrumentalizarmos para a intervenção política em nossas instituições e funcionamento sociais?

Miriam Debieux Rosa em “Uma escuta psicanalítica das vidas secas”, nos faz atentar para as diferentes condições de vida e suas possíveis implicações para os sujeitos, ao mencionar a grande parcela da população em “desamparo social”. Estes sujeitos muitas vezes são excluídos dos recursos institucionais organizadores da vida social e do acesso aos bens e modos de gozar instituídos pela sociedade, o que pode propiciar o que chama de “desamparo discursivo”, pois “...as estruturas discursivas que suportam o vínculo social, no que rege a circulação de valores, ideais, tradições de uma cultura resguardam o sujeito do real” (ROSA. M. D. 2006: 42). Frente ao desamparo do ser falante, desta maneira agravado, o risco do

⁷ A “auto-musealização” ocorreria através da memória narrativa atual - câmeras de vídeo, fotografias, restauração das cidades, comercialização da nostalgia, moda *retro*, documentários, comemorações e memoriais, romances autobiográficos e históricos, assim como inclui a literatura psicanalítica sobre o trauma.



traumático, do impossível de simbolizar seria duplo: tanto sua exposição à ocorrência é aumentada, quanto os recursos para sua elaboração encontram-se diminuídos.

No entanto, certamente não se trata de mais uma vez excluir o Sujeito, privá-lo de sua escuta, de uma certa “oportunidade de Sujeito”, por assim dizer. É sobre esta dimensão que nos interessa interrogar, causar uma curiosidade, uma vontade de saber sobre a posição subjetiva que se ocupa; é na perspectiva deste mais além que a palavra é convidada a comparecer, dizendo de outra maneira o que assola o sujeito, habitando o mundo da linguagem, como a personagem do Sítio do Picapau Amarelo de Monteiro Lobato, a boneca Emília, para enchê-lo de graça.

Há uma dimensão ética e política na escuta que visa propiciar que o Sujeito dê andamento às articulações significantes, reproduzindo-as ou modificando-as, e possibilitando a ruptura de identificações imaginárias congeladas, que muitas vezes atribuem lugares excludentes e marginais a determinadas classes de sujeitos, lugar de resto social que comumente lhes são atribuídos.

Ou seja, os discursos têm a função de refrear o gozo⁸ e o funcionamento social lhe confere lugares (por exemplo, o uso de substâncias psicoativas, o consumo desenfreado de objetos no capitalismo, a violência praticamente institucionalizada à população pobre, etc.). Talvez uma das maiores contribuições da Psicanálise seja, ao supor a pulsão de morte e o que Lacan conceitualizou como gozo (seu equivalente linguístico), poder constatar os seus efeitos na vida e na sociedade, assim como buscar formas menos danosas de lhes dar vazão, inevitável destino.

Algo tão complexo, que resta impossível de ser descrito, necessita tantos discursos quanto forem possíveis para abordá-lo. Vera Dodebei e Jô Gondar fazem a seguinte argumentação com relação a Memória Social como objeto de estudo:

O campo [...] é inter ou transdisciplinar (conforme a interpretação dada a cada um destes termos) e seus conceitos se produzem no entrecruzamento ou nos atravessamentos que ocorrem entre as disciplinas. Para isso, não basta que as especialidades sejam postas em diálogo. Na verdade trata-se mais de uma fecundação que de uma conversa democrática - e uma fecundação (grifo nosso),

⁸ Podemos relacionar o conceito de gozo àquilo que dá pulsão resiste ao encontro com a linguagem, impelindo à eterna repetição, insistindo em não se inscrever; pulsão silenciosa (pulsão de morte), pois relativa ao objeto perdido (*Das Ding*) e seu correlato metonímico, o “objeto a”. A satisfação plena só seria possível com a morte; o gozo é o índice do impossível, que no entanto impele à criação.



como sabemos, jamais é democrática, e sim problemática. Há fecundação entre disciplinas quando as perguntas produzidas no interior de cada uma delas atravessam suas fronteiras, fazendo emergir um novo campo de problemas que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas (GONDAR e DODEBEI, 2005:7/8).

Concluindo, a meu ver, esta proposta de atravessamento de fronteiras em prol da abordagem de novos objetos seria pertinente também ao campo da Memória Social ao considerar o objeto faltoso que nos constitui, refletindo sobre seus efeitos nas coletividades e na civilização. Afinal, frente à vertente silenciosa, violenta e mortífera, a “fecundação”, por mais “problemática” que possa ser, constituiria belo recurso.

Há uma outra faceta da consideração das especialidades que nos parece fundamental: a diversidade das vertentes (profissionais na instituição psiquiátrica e teóricas na Universidade), podem servir de mote à permanência do debate, sem o qual ficaríamos mais vulneráveis aos discursos dominantes (por exemplo, o paradigma médico-científico). Poderíamos refletir se, quanto mais coesa se apresentar uma instituição, quanto mais instituída, no sentido de estar pronta e sem dissenso em seu funcionamento, mais se aproximaria do totalitarismo.

Desta maneira, poderíamos questionar não só qual a relevância da contribuição (ou conturbação) da Psicanálise para os campos socioculturais e políticos, mas o que estes campos têm a dizer a respeito da e para a Psicanálise. Trata-se, portanto, de uma interlocução que nos permitiria romper um certo monólogo ou autismo epistemológico, que pode se instaurar toda vez que uma construção teórica se fecha sobre si mesma. Ao invés disso, que possamos fazer da prática da circulação dos significantes um fenômeno de grupo, à maneira lacaniana de existirem referidos uns aos outros, ou como a sucessão de sons musicais, “(...) que não tem significação definida, mas que está prestes a receber aquela que nosso espírito estivesse disposto a dar-lhe” (HALBWACHS, 1990:182). Temos muito a ensaiar e, sobretudo, a praticar.

Referências bibliográficas

ALBERTI, Sônia. Psicanálise e Universidade e a instauração de discursividades. In: RINALDI, Dóris, COUTINHO JORGE, M.A.(orgs.). **Saber, verdade e Gozo: leituras de O Seminário, livro 17, de Jacques Lacan**, Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2002.

AMARANTE, Paulo (org). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: SDE / ENSP, 1995.



BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BROUSSE, Marie-Hélène. **O inconsciente é a política**. Seminário Internacional. Escola Brasileira de Psicanálise, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. As éticas da Psiquiatria. In: **Ética e Saúde Mental**. FIGUEIREDO, Ana Cristina, Silva Filho, João Ferreira (org.). Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

ELIA, Luciano. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. Psicanálise passo- a- passo n° 50.

FOUCAULT, M.. **História da Sexualidade I - A vontade de saber**, Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. **A ordem do discurso** (1971). Edições Loyola, São Paulo, 1996.

_____. Michael Foucault, uma entrevista: sexo, poder e política da identidade in **Verve**, n.4, 2004, p.260-277 [pdf]

FREUD, Sigmund. 1987 - **Obras psicológicas completas**, Edição Standard Brasileira, Rio de Janeiro: Ed. Imago.

_____. (1895) Publicações Pré-Psicanalíticas e Esboços Inéditos.

_____. (1915-1917) Conferências Introdutórias sobre Psicanálise.

_____. (1924) A Perda da Realidade na Neurose e na Psicose.

_____. (1939) Moisés e o Monoteísmo.

GONDAR, Jô e DODEBEI, Vera (orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

HABWACHS, Maurice. **A memória coletiva** (1950). São Paulo: Ed. Vértice. 1990.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2000

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LOBATO, Monteiro. **Reinações de Narizinho**. São Paulo: Globo, 2011.

MAURANO, Denise. **O mal-estar na memória**, inédito.



ROSA, Miriam D. Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas. In: TEXTURA REVISTA DE PSICANÁLISE. São Paulo: Publicações das Reuniões Psicanalíticas; Ano 2 / n. 2 / 2002, p. 42-47.

ZENONI, Alfredo. ABRECAMPOS - REVISTA DE SAÚDE MENTAL DO INSTITUTO RAUL SOARES, Belo Horizonte, 2000, v.1, irregular.